

## PROJETO DE LEI Nº

Altera o Art. 19-A da Lei nº 11.196 de 2005, na redação que lhe deu o Art. 2º da Lei nº 11.487 de 2007, incluindo as instituições privadas sem fins lucrativos nos casos de exclusão dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica do cálculo do lucro líquido.

Art. 1º Esta Lei altera o Art. 19-A da Lei nº 11.196 de 2005, na redação que lhe deu o Art. 2º da Lei nº 11.487 de 2007, incluindo as instituições privadas sem fins lucrativos nos casos de exclusão dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica do cálculo do lucro líquido.

Art. 2º O Art. 19-A da Lei nº 11.196 de 2005, acrescido pelo Art. 2º da Lei nº 11.487 de 2007, passa a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 19-A. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica - ICT, a que se refere o inciso V do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, ou instituição privada, sem fins lucrativos, que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. (NR)

.....

§ 5º Os valores dos dispêndios serão creditados em conta corrente bancária mantida em instituição financeira oficial federal, aberta diretamente em nome da instituição, vinculada à execução do projeto e movimentada para esse único fim. (NR)

§ 6º A participação da pessoa jurídica na titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada por um projeto corresponderá à razão entre a diferença do valor despendido pela pessoa jurídica e do valor do efetivo benefício fiscal utilizado, de um lado, e o valor total do projeto, de outro, cabendo à instituição a parte remanescente. (NR)

§ 7º A transferência de tecnologia, o licenciamento para outorga de direitos de uso e a exploração ou a prestação de serviços podem ser objeto de contrato entre a pessoa jurídica e a instituição, na forma da legislação, observados os direitos de cada parte, nos termos dos §§ 6º e 8º, ambos deste artigo. (NR)

§ 8º Somente poderão receber recursos na forma do **caput** deste artigo projetos apresentados pela instituição previamente aprovados por comitê permanente de acompanhamento de ações de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica, constituído por representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério da Educação, na forma do regulamento. (NR)

.....

§ 11. O incentivo fiscal de que trata este artigo não pode ser cumulado com o regime de incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e à inovação tecnológica, previsto nos arts. 17 e 19 desta Lei, nem com a dedução a que se refere o inciso II do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, relativamente a projetos desenvolvidos pela instituição com recursos despendidos na forma do caput deste artigo. (NR)

.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Tratamos neste Projeto de Lei de uma antiga reivindicação do Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, juntamente com inúmeras instituições de ensino superior e pesquisa de direito privado sem fins lucrativos. Considerando o alavancar de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro, não mais apenas baseado na substituição de importações, mas sim na pesquisa tecnológica de ponta, capaz de conferir autonomia e soberania à nossa indústria e economia com o um todo, entendemos que incentivos como aqueles deferidos pela Lei nº 11.196 de 2005 devem ser estendidos às instituições privadas sem fins lucrativos. Muito se tem dito que a pesquisa nacional é praticamente uma exclusividade das universidades públicas, que detém mais de 90% do total de iniciativas. Precisamos aumentar sempre e constantemente os investimentos públicos em pesquisa nas instituições públicas, isto é indubitável. Contudo, em paralelo, é necessário também viabilizar que mais atores possam contribuir para a criação de um ambiente propício e adequado à inovação e ao desenvolvimento.

Considerando as premissas acima, sugerimos, com grande simplicidade, que as instituições privadas sem fins lucrativos tenham o mesmo tratamento tributário das chamadas Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs – públicas, hoje regulamentado pelo Art. 19-A da Lei nº 11.196 de 2005. Temos convicção de que os valores que passarão a ser conferidos em isenção tributários serão, em muito, compensados pela aplicação direta de recursos na pesquisa científica e tecnológica e na inovação tecnológica. Isto é o que chamamos, adequadamente, de investimento.

Pelas razões expostas e certos de que estaremos contribuindo com a adequação de nosso ambiente institucional às necessidades brasileiras de independização e desenvolvimento, pedimos o apoio dos nobres pares à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

**Dep. Maria do Rosário**